

**TC-026.167/2016-6**

Autuada a presente Cobrança Executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – CADIRREG, de que trata o art. 1º, § 3º, da Resolução TCU 241/2011, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Scbex/Adgecex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

2. Informo, por oportuno, que compete à Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU) promover o lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme disposto no art. 2º da Decisão Normativa-TCU 126, de 10/4/2013. Assim, proponho ao MP/TCU que insira no ofício de encaminhamento da documentação à AGU o alerta quanto à necessidade de se fazer os registros cabíveis no Cadin.

|                                                 |
|-------------------------------------------------|
| <b>RESPONSÁVEL</b>                              |
| Mário José Chagas Paulain                       |
| <b>DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO</b>              |
| 11/8/2016                                       |
| <b>ACÓRDÃOS</b>                                 |
| 3355/2015-2ª Câmara- Condenatório               |
| 6849/2016-2ª Câmara – Recurso de Reconsideração |
| 7822/2016-2ª Câmara - Retificador               |

TCU/SECEX/PA, 15 de setembro de 2016.

(Assinou Eletronicamente)  
**Arildo da Silva Oliveira**  
**Secretário**